



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Classe Social, Gênero, Raça, Etnia e Diversidade Sexual.

Multifaces da questão social: atuação profissional na defesa dos povos indígenas

Idalina Costa Teixeira¹
Francisca Rodrigues Pini²

Resumo: A pesquisa teve por objetivo analisar as expressões da questão social e compreender o trabalho profissional da/do assistente social e sua incidência na garantia dos direitos da população indígena na aldeia de Paranapuã situada no município de São Vicente/SP. O problema pautou na questão, como as desigualdades socioeconômicas afetam os povos indígenas? O processo metodológico se pautou pela teoria social, que parte da compreensão dos fenômenos sociais, para compor a totalidade do objeto. A sistematização dos dados revelou as expressões da questão social decorrentes da formação social, política, econômica e cultural do Brasil e suas formas de enfrentamento com lutas forjadas pelos povos indígenas e com coletivos, e em particular o/a assistente social aliado na defesa intransigente dos direitos.

Palavras-chave: Povos Indígenas. Etnia Guarani. Questão Social. Lutas. Trabalho profissional.

Multifaceted social issue: Professional performance in the defense of indigenous peoples

Abstract: The research aimed to analyze the expressions of the social issue and understand the professional work of the social worker and its impact on guaranteeing the rights of the indigenous population in the village of Paranapuã located in the municipality of São Vicente/SP. The problem was based on the question, how do socioeconomic inequalities affect indigenous peoples? The methodological process was guided by social theory, which starts from the understanding of social phenomena, to compose the totality of the object. The systematization of the data revealed the expressions of the social question arising from the social, political, economic and cultural formation of Brazil and its ways of facing struggles forged by indigenous peoples and collectives, and in particular the social worker allied in the intransigent defense of the rights.

Keywords: Indigenous Peoples. Guarani ethnicity. Social issues. Fights. Professional work.

INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado *Multifaces da questão social: a atuação do/da assistente social na defesa dos direitos dos povos indígenas na Aldeia de Paranapuã – São Vicente* teve por objetivo identificar e analisar as expressões da questão social e compreender o trabalho profissional da/do assistente social e sua incidência na garantia dos direitos da população indígena na aldeia de Paranapuã situada no município de São

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista. E-mail: idalinacosta1998@gmail.com.

² Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento Saúde, Educação e Sociedade da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) Campus Baixada Santista: E-mail: francisca.pini@unifesp.br.

Vicente/SP.

O problema de pesquisa pautou-se nas seguintes questões, como as desigualdades socioeconômicas afetam os povos indígenas? As desigualdades que afetam os povos indígenas são expressões da questão social? E como ocorre a atuação do/da assistente social na defesa dos direitos da população? Assim, a nossa hipótese se orientou na reflexão do/da assistente social em seu compromisso ético-político para contribuir com o enfrentamento das violações de direitos vivenciadas pela população indígena, podendo ser este um elo entre as políticas sociais, os direitos e a população indígena, na luta contra as formas de discriminação e exploração sociais existentes.

O processo metodológico se pautou na teoria social, que parte da compreensão dos fenômenos sociais, as expressões da questão social para compreensão da essência do objeto.

Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigo (NETTO, 2009, p. 8).

Unindo-se aos fundamentos da pesquisa qualitativa, tendo em vista a complexidade da temática, levando em conta o ser humano e todo seu universo de subjetividades, crenças, valores, especificidades, que não podem ser meramente quantificadas, números e conceitos concretos, sendo assim não alcançam o nível desejado de compreensão sobre os fenômenos sociais que permeiam a temática.

Por fim, é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 2016, p.14).

Sendo assim, essa pesquisa trilhou etapas no procedimento de coleta de dados. Na primeira fase, a pesquisa documental, que, segundo Severino (2007), “tem-se por fonte documentos no sentido amplo [...] não só documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. Para esta pesquisa, as principais fontes utilizadas serão os arquivos virtuais do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pro Índio de São Paulo, a

Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Lei Orgânica da Assistência Social (1993) e Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Enfatizamos ainda que tal levantamento documental será realizado em arquivos virtuais de domínio público, onde será então, respeitada a lei de direitos autorais (lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), não sendo necessária autorização prévia dos autores para a utilização das informações e documentações. Sendo estritamente respeitada a citação das fontes da pesquisa.

No segundo momento, a pesquisa bibliográfica conforme Severino (2007) possibilitou uma ampla leitura e se apoiou nos estudos dos/das autores/das indígenas tais como Ailton Krenak (2019) e Davi Kopenawa Yanomami (2015), Eliz Pankararu (2021), Daniel Munduruku (2018), Iamamoto (2006), para refletir a questão profissional e outros autores, pesquisas e produções, trazendo conceitos sobre o que significa ser indígena pelos próprios indígenas, identidades coletivas e cultura.

Os estudos de Darcy Ribeiro (1970), Maria Almeida (2014), Pacheco de Oliveira (2016) também foram utilizados ampliando assim os horizontes sobre a história documentada da cultura, processo de assimilação e impactos culturais sofridos, traçando um histórico desde a colonização até a atualidade.

E para aprofundamento na questão social, que, conforme Marilda Iamamoto (2001) aponta como “um processo indissociável da relação conflitante entre capital e trabalho, os efeitos dessa relação é a gênese da questão social” (p.11), nos amparamos em José Paulo Netto (2009), Joaquina Teixeira Barata (2009), Marilda Iamamoto (2006) e outros autores foram referências na busca de compreender como este processo conflitante chamado de questão social afeta os direitos dos povos indígenas, e a partir disso quais expressões dessa questão são presente na aldeia indígena Paranapuã.

No terceiro momento, foi realizado grupo focal e, a fim de respeitar os protocolos de saúde estabelecidos para o combate e prevenção contra a Covid-19, o encontro foi realizado via internet, pela plataforma *Google Meet* e, por meio dela, conhecidas as lideranças da aldeia indígena Paranapuã. O grupo focal consiste na interação do pesquisador com os sujeitos incluídos na pesquisa, que, de forma mais dinâmica, possibilita a criação de um espaço onde os indivíduos possam manifestar suas ideias, visões de mundo, anseios etc.

No quarto momento foi realizada entrevista semiestruturada, modalidade que,

segundo Minayo (2016), é uma combinação de perguntas, sejam elas abertas ou fechadas, deixando a possibilidade do entrevistado se expressar mais dentro do tema sem perder o eixo de resposta à pergunta. E a fim de respeitar os protocolos de saúde estabelecidos para o combate e prevenção contra a Covid-19, o encontro será realizado via internet, pela plataforma *Google Meet*.

[...] a entrevista online pode ser organizada de forma sincrônica, que significa que o pesquisador entre em contato com seu participante em uma sala de bate-papo (chat), na qual pode trocar diretamente perguntas e respostas enquanto ambos estão online ao mesmo tempo (COSTA, 2009, p. 241).

Para sua realização, contamos com a participação de um profissional assistente social, que atende a população, no Centro de Referência da Assistência Social que foi escolhido por conta de seu atendimento e proximidade da relação estabelecida com a população usuária do equipamento.

Em 2019, os povos indígenas vivenciaram um mar de violações, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no relatório “Violência Contra os Povos Indígenas”. Em 2019, em todo território brasileiro, houve um aumento expressivo dos ataques aos povos indígenas “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio que, de 109 casos registrados, em 2018, saltou para 256 casos em 2019”, um aumento de 134,9%.

E para além das questões territoriais, o relatório apontou a violência contra a pessoa, mostrando o aumento expressivo de assassinatos, agressões e ataques violentos, a omissão do poder público com a desassistência à educação e saúde, a entrada da bebida alcoólica nas aldeias, o aumento da mortalidade infantil, expressões vivenciadas pelos povos indígenas há anos e agravadas com o olhar imparcial do presente governo. Violências antes latentes tornam-se mais que emergentes, necessitando de um olhar atento do Poder Público e do fortalecimento da efetivação das políticas indigenistas para o enfrentamento deste momento de fragilização.

Em tempos de capitalismo financeirizado e sucateamento de direitos sociais, os indígenas encontram-se com os seus direitos básicos violados. Com o desmonte das políticas sociais pelo desgoverno que exerceu o mandato de (2019-2022), a população indígena teve sua terra invadida, seus corpos violados e sua vida dilacerada.

ALDEIA DE PARANAPUÃ E SERVIÇO SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS

INDÍGENAS

A gente sabe que o Brasil era dos povos originários e hoje em dia foram considerados invasores em nossas próprias terras isso acaba deixando a gente um pouco indignada, mas como acabei de falar somos povo guerreiro e vamos estar sempre aqui na luta

(Liderança indígena Aldeia Paranapuã, 2022).

Os povos Guarani em sua crença estão em busca de se encontrar com a Terra Sem Males, nesta procura encontram então a terra de Paranapuã, localizada no Estado de São Paulo, na cidade de São Vicente, pertencente à Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), composta por nove municípios. A aldeia de Paranapuã está dentro do Parque Xixova-Japuí de modalidade de preservação ambiental integral. Por conta das restrições quando ao usufruto do espaço e seus recursos naturais, os indígenas que vivem lá têm dificuldade para obtenção de recursos básicos para sua sobrevivência, tais como caça, pesca e plantio, práticas que são a base de sua sobrevivência, mas, também são base de existência quanto modo de viver Guarani.

Neste estudo para nos aproximar de algumas violações vivenciadas pela referida comunidade, pelo preconceito experienciado na vida cotidiana seja por estarem inseridos em uma localidade muito próxima a centros urbanos, ou por apenas serem indígenas. Dessa forma, conseguimos enxergar que os traços ainda resistentes da colonização se fazem presentes na sociedade.

Para Krenak (2019), existia o entendimento da assimilação da cultura dos invasores. Essa assimilação se fazia presente na catequização, usando a imposição da religião como arma de dominação e ajustamento social, a educação, moldando as crianças indígenas ao sistema educacional europeu e todos os seus costumes, na tentativa de reduzir os saberes indígenas, a assimilação trazia por traz de suas “boas intenções” o objetivo de suprimir as expressões indígenas de todas as formas, ajustando-os o máximo possível à cultura europeia, integrando-se e assim desaparecendo em sua singularidade, a exemplo disso segundo Oliveira (2016) “Na legislação para isso elaborada, o chamado Diretório dos índios (1757), era claramente adotada uma perspectiva assimilacionista, com a imposição do português como língua oficial, e a proibição de uso de línguas nativas ou da língua geral”(p.751). Na tentativa pelo apagamento da língua, e dos costumes, enfim dos modos de viver.

Observando que os povos indígenas em especial no período vivenciando no

antigo mandato do governo de Jair Bolsonaro, foram atacados inúmeras vezes, o que reverbera na defesa de seus direitos.

Assim, dada realidade regional de violências com a comunidade, dadas dificuldades enfrentadas por assistente social, nos questionamos, de que forma o serviço social vem trabalhando esta temática em seu âmbito, dando destaque para o projeto ético político da profissão e seu compromisso na defesa de direitos, como este profissional é um agente na garantia de direitos e emancipação dos povos indígenas?

Realizamos então um levantamento das publicações das revistas *Temporalis* nos anos de 2010 a 2022 e de um total de 415 produções analisadas apenas 6 delas tratavam da temática indígena com central. Diante disso, porque, a exemplo dessa importante revista, que traz publicações relevantes para o serviço social não teve um número mais expressivo de publicações, nos anos analisados as publicações representam menos de 1,5% do total dos textos produzidos ao longo de 12 anos?

De fato, a questão indígena como temática de estudos, nas ciências sociais aplicadas é um tema atual e o debate do âmbito do serviço social, se apresenta na mesma direção da área.

Ainda quando se trata de aporte teórico e publicações, fizemos um levantamento dos anais do CBAS XVII com título **“minha voz eu uso pra dizer o que se cala”** que ocorreu entre 11 a 13 de outubro de 2022 e conseguimos localizar dentro do eixo temático “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades / Raça e Etnia” na categoria de “todos” buscando pela palavra-chave “indígenas” 62 textos dos anais dentro desta categoria, desses encontramos apenas três que tratam a questão indígena como centralidade de sua discussão³. Vale ressaltar que a questão indígena está inserida na questão étnico-racial.

A expressão “étnico” da questão étnico-racial revela as atrocidades, etnocídios e desumanidades cometidas pelo modo de produção capitalista em seu processo de expansão e consolidação, impactando povos indígenas inteiros e, portanto, originários desse território, assim como as populações africanas afetadas pela diáspora e pela escravidão colonialista. A questão racial – evidenciada pela diáspora africana, pela escravidão de milhões de mulheres e homens exportados como mercadoria e pela exploração da força de trabalho de trabalhadoras/es negras/os (AMNARAL, BILAR, 2020, p. 181).

Pelas amarras da questão social posta, os eixos fazem um elo, pelo longo histórico de violações, das mais profundas violências, do pagamento, da desigualdade

do racismo e do preconceito, duas faces de uma grande luta que precisam estar ainda mais inseridas no debate do serviço social. Porém, podemos observar que a questão indígena aparece como secundária dentro do eixo temático. Mesmo que, segundo a ABEPSS (2016), em 2014 tenha sido inserido com obrigatoriedade no mínimo uma matéria na grade curricular da graduação no curso de serviço social que verse sobre “relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração.” Além disso segundo a ABEPSS (2018) “as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 apontam em seu conteúdo programático a incorporação de conteúdos obrigatórios nos currículos acadêmicos sobre a questão étnico-racial” (p.10).

Ainda assim, encontramos tamanha invisibilidade. Vale frisar que, a ABEPSS criou o grupo temático para debater essas relações, segundo Eurico (2011):

Outro avanço importante foi a criação, em junho de 2009, dos Grupos Temáticos de Pesquisa pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), concebidos como espaços privilegiados para a reflexão teórica e estímulo efetivo para elaboração, produção e circulação de conhecimento, no âmbito do Serviço Social e áreas afins para tratar de temas de relevância social. Os grupos temáticos foram divididos em sete áreas (p.104).

Analisando a ementa deste GTP, a questão indígena não aparece de forma explícita, a reflexão teórica foi posta, mas mesmo assim as produções analisadas não correspondem, por quê?

Raça/ Etnia: Estado e raça. Formação social e Divisão racial do trabalho no capitalismo. Raça e etnia como construção social. Pensamento Social e raça/ etnia. Desigualdades étnico-raciais, de gênero, geração e classe. Indicadores sociodemográficos e desigualdade racial. Movimentos sociais e antirracismo. Serviço Social e Políticas públicas de promoção da igualdade racial. Formação profissional e desigualdades étnico-raciais: avanços e desafios para o projeto ético-político do serviço social. Exercício profissional, preconceito e discriminação racial” (ABEPSS, 2018 p. 10-11 apud ABEPSS 2016).

Elementos que nos fazem refletir, havia ainda lacunas de entendimento do que é e como devem ser tratadas essas questões dentro do serviço social. Mas o que está posto é justamente uma ausência, um hiato, ainda um ponto cego no debate. Valemos agora de lembrar do projeto ético-político da profissão e como essas ausências estão em desencontro deste projeto, segundo Eurico (2011) “O projeto ético-político do Serviço Social confronta a lógica excludente e destrutiva do capitalismo, no mundo globalizado, e o tratamento da questão social com estratégias morais, adotado pelo Estado brasileiro” (p.97). Assim, ir contra a lógica destrutiva do capitalismo significa

uma luta para compensar as atrocidades do passado e no presente dar visibilidade aqueles que sofreram com suas opressões, na busca pela construção dessa nova ordem social sem livre da discriminação.

A questão indígena que também está vinculada ao capital, segundo Amaral, Bilar (2020) “Esta vinculação mostra-se através das ofensivas capitalistas de usurpação de territórios tradicionais, dos etnocídios e dos processos de negação e ocultamento oficial de pertencimentos étnicos” (p. 182-182). Posto que por conta de seus maiores objetivos que são a acumulação e a exploração tornando-se assim dominante sobre todas as coisas, ele condiciona o agir da sociedade e Estado nesta direção e representa um grande impacto para essas populações já que, para o capital, são vistas como um atraso ao desenvolvimento, com suas terras consideradas ricas em minérios, e madeiras nobres, dificultando o acesso aos exploradores.

O capitalismo impacta diretamente a vida dos povos indígenas, sendo os efeitos causados por ele a manifestação das múltiplas faces da questão social, intrinsecamente ligado ao serviço social.

Ainda no levantamento aqui realizado, consideramos relevante analisar as resoluções o CFESS que é o órgão que regulamenta a nossa profissão, segundo o artigo 8 da lei de regulamentação da profissão 8662/93, ele tem por competência “I - orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS” (CFESS, 2011, p. 48), em suas resoluções que “que orientam e normatizam o exercício profissional de assistentes sociais.” não foi possível encontrar nenhuma, desde o ano de 1997 até 2023 com a busca pela palavra-chave “indígena” que tratasse do tema. Nenhuma orientação de como deve ser o trabalho desse profissional junto aos povos indígenas, nenhuma normativa que regule, oriente e de aporte para atuação profissional, deixando assim um grande vazio a ser preenchido.

Não obstante como observado, nas produções analisadas e resoluções, não temos um número significativo, quando se trata de visibilidade, a pauta e isso reflete na atuação profissional. Já na formação, mesmo que esteja garantida a inserção da temática étnico-racial muitas vezes os olhares se voltam mais para questão racial, o que ressaltamos é muito valiosa, relevante e necessária, pauta que jamais deve ser esquecida: a luta antirracista, a luta pela garantia dos acessos as populações negras, a ampliação e garantia de seus direitos e todo aporte possível para que haja menos

discriminação, mas é possível observar que segundo Eurico (2011, p.103) “Evidentemente, o impacto das pesquisas relacionadas precisa ser analisado com cautela, pois se comparado à produção total do Serviço Social não precisamos de muito esforço para desvelar o quanto ela ainda é pequena.” Mesmo que haja tal avanço quanto às questões raciais é importante sempre estar atento, pois segundo aponta a autora em comparação com e outras temáticas ela ainda é pequena, e se as questões raciais são pouco discutidas, observamos que as questões étnicas estão ainda engatinhando no âmbito do serviço social, com poucas publicações tendo em vista a importância da questão tendo vemos que tem sido deixada em segundo plano dentro dessas discussões.

Podemos, porém, destacar que houveram alguns avanços neste sentido, por exemplo, o lançamento do documento CFESS Manifesta “dia da luta indígena” em 2012, sendo este o primeiro a debater a questão indígena, dando ênfase ao posicionamento do CFESS quando a questão, segundo o documento “O CFESS, portanto, se manifesta a favor da necessidade de compreendermos essa realidade de múltiplas diversidades, como mais um desafio que se coloca para a defesa do nosso projeto ético-político profissional!” (CFESS, 2012, p. 02).

Em junho de 2022 ocorreu o seminário Latino-americano e caribenho sobre serviço social, povos indígenas e direitos humanos. Neste seminário, que teve suas mesas compostas majoritariamente por mulheres indígenas como Tsitsina Xavante, Joziléia Daniza Jagso, Elizângela Cardoso de Araújo Silva, trazendo assim a ampliação do debate, e novas discussões sobre a questão indígena, tanto no Brasil quanto América Latina como um todo, assim, este primeiro seminário dedicado a este tema central fortalece para que haja maior legitimidade e visibilidade dos povos indígenas dentro da categoria.

É possível afirmar que a iniciativa do Conselho Federal de Serviço Social e da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) nos dias 14 e 15 de julho de 2022, de forma presencial e remota, na cidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil, com a promoção do Seminário Latino-americano e Caribenho do Serviço Social, Povos Indígenas e Direitos Humanos. Onde nele tratou o Serviço Social brasileiro, latino-americano e caribenho:

Contou com a representação de membros da Associação Latino-Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS) e da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais (FITS)/América Latina e Caribe, com

o objetivo de ampliar os diálogos acerca das lutas dos povos indígenas e construir uma agenda de compromissos pela nossa categoria profissional. Articulando as vozes de representantes das organizações brasileiras e internacionais com os cânticos das rezadoras e rezadores Avá-Guarani da região Oeste do Paraná [...]. Ao debater sobre “A formação e a intervenção profissional e os povos indígenas: desafios para o fortalecimento do projeto ético político”, evidenciamos a importância de refletir a questão indígena numa perspectiva crítica e incidir nos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação e da pós-graduação em Serviço Social, e no cotidiano do exercício profissional, contando com o diálogo e o protagonismo fundamental de profissionais indígenas em Serviço Social e das organizações e movimentos sociais dos povos originários. Faz-se necessário que avancemos na defesa dos seus direitos que há mais de 520 anos lutam e resistem no seu direito mais básico: o direito à existência. Destacamos a necessidade de assumirmos a luta dos povos indígenas como uma luta dos coletivos do Serviço Social em toda a América Latina e Caribe. Lutar pela demarcação dos territórios indígenas, pela ampliação de acesso às políticas sociais específicas de assistência social, de saúde e de educação, pelo fortalecimento das ações afirmativas em ampliar o ingresso e a permanência dos povos originários na educação superior pública e nos espaços sócio-ocupacionais em que a profissão historicamente está inserida (CFESS, 2022).

O referido Seminário apontou a frágil abordagem teórico-metodológico em relação à particularidade indígena na formação profissional. A existência dos conteúdos referentes às “relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração” são sementes plantadas neste presente, mas precisamos assegurar a inserção do debate das pautas dos povos indígenas conforme compromisso assumido ao final do encontro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitas dificuldades vividas pelos povos indígenas, inclusive com a referida Aldeia, e foi possível evidenciar o quanto há lutas por direitos por parte da população. O Estado é a arena de disputa e os povos indígenas percebem o quanto é necessário lutar, mas, sobretudo se articular para somar esforços. O preconceito e violações contra os povos indígenas reafirmaram a presença do pensamento colonialista, revelando o quanto ainda precisamos avançar para desconstruir o discurso de “incapaz”, que as opressões tentam enquadrar os povos indígenas.

Vemos o reflexo dos posicionamentos desfavoráveis feitos pelos próprios representantes do Poder público, reflexos estes que reverberam e dificultam ainda mais essa luta incansável pela garantia de direitos.

Quanto aos objetivos pretendidos neste estudo foi possível evidenciar as dificuldades da lida cotidiana do trabalho do serviço social junto a população indígena,

e para intensificar a atuação é necessário investir mais na formação inicial e permanente, para possibilitar novos espaços para aqueles que não tiveram acesso a este conteúdo formativo durante a graduação poderem se aproximar da temática e assim estar mais respaldados para atuação profissional na perspectiva da defesa intransigente dos direitos.

A ausência da formação básica e educação permanente no contexto dos cursos de serviço social e das políticas sociais dificultam o avanço do trabalho profissional.

Quando se trata das populações indígenas é necessário pensar como as abordamos, conhecer as violações que as acometem, mas, sobretudo suas lutas, resistências e sua agenda programática.

Foi possível conhecer mais sobre as expressões da questão social que afetam a aldeia, destacamos principalmente a invisibilidade e o desrespeito, além da evidente violação de direitos e a falta dos direitos fundamentais. Ademais podemos nos aproximar da cultura indígena, entendendo mais sobre seus costumes e modos de viver, que são singulares, e dentro de sua singularidade devem ser respeitados e reconhecidos.

Observamos também que há uma escassez considerável de produções que versem sobre a temática dos povos indígenas dentro da categoria, e que apenas recentemente essas ausências vêm sendo vistas e colocadas em pauta, mas que avançam de forma tardia e lentamente. O que de fato representa uma fragilização da profissão no avanço dessa questão que nos está posta e é indissociável da atuação desses profissionais.

Como vimos um dos maiores inimigos dos povos indígenas é o próprio Estado, tomamos como foco desta pesquisa a aldeia de Paranapuã e foi possível evidenciar que o Estado tem sido um dos maiores dificultadores de sua luta.

Concluimos que o serviço social tem um horizonte emancipador, mas precisa adensar ações que fortaleçam o projeto político afiançado na defesa de direitos de todos os povos, assegurando a visibilidade aos povos historicamente explorados. A agenda construída pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS precisa fomentar produções, no tripé indissociável ensino pesquisa e extensão para que possamos avançar e fortalecer na construção de uma nova ordem societária pautada por princípios justos de equidade e respeito e principalmente novas possibilidades de construção do real. De acordo com Guimarães Rosa “o real não está na saída, nem na chegada: ele se dispõe pra gente é no meio da travessia.” Que esta travessia seja trilhada com todos os povos e que todos os

lugares que já construímos na profissão possam ser ocupados por todas e todos.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades**. 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ABEPSS. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social**. 2018. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 04 jan. 2023. Acesso em: 08 jan. 2023.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. **A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão**. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Idali/Downloads/52013-181995-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araújo Barroso. **A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão**. 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Idali/Downloads/52013-181995-1-PB.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2023.

CARTA-COMPROMISSO-FINAL-SEMINARIOLATINO.pdf.In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO SERVIÇO SOCIAL, POVOS INDÍGENAS E DIREITOS HUMANOS. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/carta-compromisso-final-seminariolatino.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2023.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 4 out. 2020.

CFESS. **CFESS Manifesta Dia da Luta Indígena**. 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_lutaindigena-SITE.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

CIMI. **Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil>. Acesso em: 14 mar. 2021.

EURICO, Marcia Campos. **Questão Racial e Serviço Social: uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social**. Uma reflexão sobre o racismo institucional e o trabalho do assistente social. 2011. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/17519/1/Marcia%20Campos%20Eurico.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

JORNAL NEXO. **Enquanto tiver gente no Brasil, vai ter presença indígena**’.

Entrevista com Ailton Krenak. 2019. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=urjJJwpGMJQ>. Acesso em: 4 dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, **Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação"**, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

TEMPORALIS. **Edições Anteriores**. Disponível em

<https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/archive>. Acesso em: 23 jan. 23.

XVII, CBAS. Trabalhos Publicados. **Minha voz eu uso pra dizer o que se cala**.

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/>. Acesso em: 25 jan. 2023.